

IGREJA CATÓLICA E SINDICALISMO RURAL: UNIDOS NUM PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Alessandra Maria dos Santos*

Resumo:

Ante as insatisfações eclodidas no campo, no final da década de 1950, como questões trabalhistas e as Ligas Camponesas em Pernambuco, a Igreja Católica desperta seu agir ao âmbito social, principalmente, no meio rural. A fim de amenizar os possíveis efeitos da expansão das Ligas e intervir nas questões de distribuição de terras, adjeto à preocupação de conter a avultante onda comunista, a instituição eclesiástica lança em parceria com o Governo Federal o Movimento de Educação de Base (MEB). Este, com o propósito de alfabetização de adultos através do rádio. Além disto, manifesta-se interesse pela defesa dos trabalhadores rurais organizando-os em sindicatos, para conceder orientação quanto aos direitos e deveres trabalhistas. No ensejo de aprofundar esta discussão, propomos neste artigo analisar as ações do movimento educacional, bem como as intencionalidades da Igreja Católica em vincular projeto educacional à formação sindicalista rural.

Palavras-chave: Igreja. Sindicalismo. Educação Popular.

Abstract:

Faced with the dissatisfactions that had erupted in the countryside, in the late 1950s, as labor issues and the Peasants Leagues of Pernambuco, the Catholic Church awakens its action to the social sphere, mainly, in rural areas. In order to alleviate the possible effects of the expansion of the Peasants Leagues and intervene in the issues of land distribution, subject to the concern of containing the huge communist wave, the ecclesiastical institution launches in partnership with the Federal Government the “Movimento de Educação de Base (MEB)”, with the purpose of adult literacy through radio. In addition, there is an interest in the defense of rural workers by organizing them into syndicates, to provide guidance on labor rights and duties. In this article, we propose to analyze the actions of the educational movement, as well as the intentionalities of the Catholic Church in linking educational project to the rural syndicalist formation.

Keywords: Church, Syndicalism, Popular Education.

Recebido: 20/07/2016

Avaliado: 08/08/2016

“Naquela época histórica surgiram e se expandiram propostas de atuação de grupos e instituições nos campos de alfabetização e da cultura popular” (WANDERLEY, 1984, p. 20). Luiz Eduardo W. Wanderley considera como marcantes e emblemáticos os primeiros anos de 1960, nos quais emergiram diversas ações no campo da Educação Popular a fim de conter o analfabetismo. Mal social que incidia a 40% da população brasileira, sendo grande parte do Norte e Nordeste.

Desse modo, a educação popular é interpretada como um dos elementos que possibilitariam o crescimento do país, atrelando-a ao projeto político-econômico do nacional-desenvolvimentismo. Assim, movimentos de educação e cultura popular, como os Centros de Cultura Popular, o MCP (Movimento de Cultura Popular), a campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, o Sistema Paulo Freire e o MEB (Movimento de Educação de Base) foram os símbolos da ruptura do atraso ao progresso nas ações de alfabetização.

Diversas ações de promoção de educação popular, assim como sujeitos de distintos grupos sociais foram congregados numa mobilização coletiva filiada à questão da alfabetização, demarcando, dessa maneira, um recorte histórico dos “Movimentos de Educação e Cultura Popular” conforme Beisiegel (1992), Cunha e Góes (1985), Freitas e Biccás (2009), Góes (1980), Paiva (2003) e Scocuglia (2000). Estes movimentos vinculados à promoção da cultura e educação popular singularizam um período histórico na educação brasileira, ao conseguirem em pouco tempo acentuada redução da taxa de analfabetismo, como destaca Ferraro (2009). Diferentes ações de educação de adultos surgem num clima de intensa mobilização social, na intenção de formar quadros para efetiva participação na vida política, a partir da compreensão do momento histórico vivenciado. Neste entendimento, evoca-se uma mobilização social ao propor unidade de diferentes grupos numa frente de rechaçamento ao analfabetismo.

Porém, é preciso destacar esclarecimentos de que nem sempre se convergiram os objetivos destas ações, encontrando-se num único ecoar de vozes. Por vezes, as intencionalidades das instituições, impulsionadas pelo contexto de mudanças, reivindicações, perspectivas de progresso arremessam-nas neste afã de movimentos educacionais populares.

Desse modo, os empreendimentos das ações do Movimento de Educação de Base estão vinculados às pretensões da Igreja Católica de atentar às problemáticas sociais e opor-se ao Comunismo. Assim, uma Igreja apática às problemáticas da sociedade, detida apenas na área espiritual, não mais se adequava ao perfil de igreja reclamada, no pós Segunda Guerra Mundial. Sua tradição senhorial, seus trajes exuberantes e arquitetura copiosa deveriam, no entanto, ser abandonados diante dos questionamentos exaltados dos adeptos e defensores da igualdade e justiça social.

O Despertar da Igreja

No início da década de 1950, na França, sacerdotes envolvidos em experiências missionárias como Padres Operários, participam de greves e protestos, provocando abertura às ideias marxista, na Santa Fé. Mesmo com advertências do Papa Pio XII, o qual ameaçara de excomunhão os católicos afeitos aos ideais comunistas (SILVA, 2006).

Em contrapartida, a Igreja Católica não poderia mais fechar os olhos aos flagrantes problemas sociais emanados, sobretudo, do progresso díspar das Nações. Para o Papa Pio XII, “a questão social não poderia ser resolvida pela adesão aos encaminhamentos propostos pelos comunistas, pois essa solução encaminha para o conflito de classes e para a Revolução” (SILVA, 2006, p. 89), e por isso, ao final de seu pontificado recrudescer quanto às novas experiências e pensamentos que pareciam contaminar o trigo, tão arduamente semeado.

Distanciando-se da ríspida postura do Papa Pio XII, o seu sucessor, Papa João XXIII, admitido em fins de 1958, busca reconciliar-se com seus fiéis, atentando ao lado social. Por isso, as encíclicas *Mater et Magistra* (IGREJA CATÓLICA, 1961) e *Pacem in Terris* (IGREJA CATÓLICA, 1963), cartas destinadas a bispo e arcebispos, assumem destaque, bem como a realização do Concílio Vaticano II, iniciado com o Papa João XXIII e concluído com o Papa Paulo VI. Estas encíclicas remetiam direcionamentos das apreciações da Igreja quanto a questões como: progresso econômico igualitário, defesa da propriedade privada, avanços técnico-científicos em favor da paz e indissociabilidade dos direitos e deveres sociais. Nesse último aspecto, acerca dos direitos e deveres, a encíclica *Pacem in Terris* (IGREJA CATÓLICA, 1963) inclui, na recomendação de número 145, a responsabilidade do cristão católico de envolver-se no processo social.

Ainda uma vez exortamos nossos filhos ao dever de participarem ativamente da vida pública e de contribuírem para a obtenção do bem comum de todo o gênero humano e da própria comunidade política, e de esforçarem-se portanto, à luz da fé cristã e com a força do amor, para que as instituições de finalidade econômica, social, cultural e política sejam tais que não criem obstáculos, mas antes facilitem às pessoas o próprio melhoramento, tanto na vida natural como na sobrenatural.

Para não se furtar às problemáticas sociais e eximir-se do focalizar apenas as obras assistenciais, alguns eclesiásticos adotam novos posicionamento. Ações como a Cruzada São Sebastião, no Rio de Janeiro, passam a exercer influência na vida social das comunidades. Dirigida pelo arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara, esta obra objetiva resolver os problemas habitacionais, tendo em vista o rápido crescimento das favelas, subjugando condições miseráveis aos moradores da “cidade maravilhosa”. O cuidado às questões

de ordem material deveria inserir-se na pauta das preocupações eclesiásticas, coadunadas à difusão da fé e princípios de defesa do catolicismo. Partindo destas características, Dom Hélder apresenta ao Presidente Juscelino Kubitschek plano de reforma agrária, através de concessão de terras às vítimas das secas do Nordeste e favelados fluminenses. As terras da Fazenda Nossa Senhora da Conceição, propriedade da Arquidiocese de Goiânia, em Anápolis - Goiás, acomodariam o proposto plano do arcebispo do Rio de Janeiro. Um projeto piloto de reforma agrária (PLANO de reforma..., 1959).

O convênio da diocese e Governo Federal se estabeleceria com cessão de terras e apoio técnico. O arcebispo do Rio ressalta a indispensabilidade dos profissionais da área técnica para planejamento habitacional e agrícola, para melhor aproveitamento das potencialidades da terra. Segundo Dom Fernando Gomes, arcebispo de Goiânia, esta iniciativa resolveria em parte o problema das favelas, representando, dessa forma, a preocupação da Igreja com a recuperação social do País, ante sua disposição em ceder suas terras.

O pensamento de intervir nas questões de distribuição de terras, adjeto à preocupação de conter a avultante onda comunista, direciona o agir da Igreja Católica para o âmbito social, principalmente no meio rural. Este plano piloto serviria como experiência, segundo Dom Hélder, de “tirar do papel as soluções dos nossos problemas”, pois o fato de não sair do papel incorre o risco da reforma agrária. Critica ainda a associação feita ao comunismo, quando se trata de reforma agrária, ressaltando que esta bandeira é de todo povo brasileiro e que os comunistas apenas aproveitam-se dela. Já para Dom Fernando, esta iniciativa representaria a disposição da Igreja para “trabalho de recuperação social do Brasil” (A IGREJA sugere..., 1963).

Durante elaboração deste plano, Dom Hélder sugere sua operacionalização fora dos mecanismos burocráticos, sem planos gigantescos que provocariam entraves à eficiência e celeridade do trabalho. Recomenda também extensão desta proposta a outros setores, até mesmo aos grandes proprietários de terra, e análise do andamento do plano para implantação a nível nacional (A IGREJA sugere..., 1963). Esta iniciativa, implantada no ano de 1959, obtém seus maiores êxito no período de 1961 a 1965, encerrando-se em 1966 devido ao desprestígio do governo militar em cumprir o acordo firmado.

O plano apresentado, por Dom Hélder ao Presidente da República, reflete as articulações da CNBB, delineadas a partir de seu primeiro conclave: I Encontro dos Bispos do Nordeste, em Campina Grande, no ano de 1956. A relevância de não isentar a educação de base ao tratar de problemáticas sociais, bem como a distribuição de terras é evidenciada pelos bispos desde a realização deste evento. E durante balanço dos planos demandados neste I Encontro, os bispos

concluíram que “vão muito bem” aqueles pertinentes ao Decreto nº 39.287 (RIO DE JANEIRO, 1956), o qual se refere ao desenvolvimento econômico de algumas áreas do Rio Grande do Norte. Dentre os melhoramentos obtidos desde Campina Grande estão:

Foi instalada e inaugurada uma Emissora de Educação Rural, com funcionamento de quase 30 escolas dotadas de rádios cativos. À frente desses trabalhos se acham D. Eugênio Sales e D. Eliseu Mendes. O maior prodígio foi obter o perfeito entrosamento de 11 órgãos federais que vivem desarticulados. (II ENCONTRO dos bispos em Natal, 1959).

As parcerias estabelecidas pelos bispos, representantes da Igreja Católica, e Governo Federal serviram para trilhar o caminho do Movimento de Educação de Base. Com foco no meio rural, este movimento com aporte de escolas radiofônicas consegue não apenas instalar mecanismo de educação elementar na zona rural, mas também implantar sindicatos de trabalhadores rurais, intervindo numa demanda social de grande preocupação da Igreja: reforma agrária.

À medida que a Igreja Católica desperta aos problemas sociais, sendo, no Brasil, o drama do nordestino foco de sua atenção, o governo norte-americano atenta para a América Latina. Assim, como forma de conter a expansão da Revolução Cubana, o governo norte-americano elabora plano de política externa, a fim de auxiliar o desenvolvimento socioeconômico de países subdesenvolvidos (SILVA, 2006; MONTENEGRO, 2010).

O Nordeste passa a ser alvo de intervenção destes atores, ambos ambiciosos por sufocarem “ideologias subversivas” aos princípios cristãos e fundamentos capitalistas, após denúncias dos sofrimentos impostos pela fome, seca e descaso governamental. Tais queixas encontraram na literatura, como aponta Montenegro (2010), espaço para veiculação. José Américo com “A bagaceira” (1928); Graciliano Ramos com “Vidas secas” (1938); poemas do poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto descrevem o flagelo da “vida severina” do sertanejo e seu anseio de fugir da morte através do êxodo rural.

Sindicato de Trabalhadores Rurais e Escolas Radiofônicas

Em anuência às demandas do II Encontro de Bispos do Nordeste, em Natal, em 1959, pontífices de dioceses da Zona da Mata, Agreste e Sertão pernambucano, fazem também solicitações de auxílio ao interior do Estado: unidades de saúde polivalentes, incluindo serviços de ambulatórios, maternidades, pequenas enfermarias e postos de saúde. As carências do campo, quanto à saúde, educação, moradia e, principalmente, conflitos por trabalhadores do campo, incitados pelas Ligas Camponesas, revelam a necessidade de atuação mais enfática da Igreja.

Desse modo, a instituição eclesiástica dá sinais do abandono às ações meramente assistencialistas. O auxílio dispensado ao campo requeria bem mais que ajuda superficial, a fim de refrear um problema momentâneo como a fome. Alimentos recebidos pela CNBB (*Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*) eram repassados a dioceses do interior, como a de Caruaru, à época dirigida pelo Bispo Paulo Libônio, com finalidade de serem distribuídos aos pobres. Mas a partir da ambiência de mobilizações sociais, do avanço da ideologia comunista, conflitos nas relações trabalhistas, especialmente no campo, bispos e padres passam a realizar uma obra missionária, atentando aos problemas sociais (CONFEDERAÇÃO Católica..., 1957).

Assumindo posicionamento em relação à reforma agrária, mas diferente dos moldes socialistas de desapropriação das terras improdutivas, padres e bispos passam a advogar a causa dos trabalhadores rurais, tendo em vista as sublevações provocadas pelas Ligas Camponesas. Dessa maneira, reiteram-se as duas vertentes defendidas pelos clérigos: **projeto de educação de base e organização sindical rural**. Na primeira, implanta-se o Movimento de Educação de Base, direcionado à alfabetização de adultos através do rádio. Na segunda, fomenta-se na instituição eclesiástica processo de interesse pela defesa dos trabalhadores rurais organizando-os em sindicatos, com a finalidade de conceder orientação quanto aos direitos e deveres trabalhistas. Esta atitude desvia-se da concessão de mera assistência, e preconiza tentativa de refrear a cooptação comunista no meio rural, através da organização de trabalhadores rurais em cooperativas e sindicatos. Sob tais objetivos é criado o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), em 1961.

Com equipe formada para estruturar o desenvolvimento das demandas da organização sindical e desempenhar certo controle dos trabalhadores rurais, favorecendo a diminuição do fervor revolucionário do movimento camponês (LIMA, 2012), o SORPE é coordenado pelo Padre Paulo Crespo, pároco na cidade de Jaboatão dos Guararapes e Padre Antônio Melo, pároco do Cabo de Santo Agostinho. Sob inspiração do Serviço de Assistência Rural (SAR), instituído por padres na década de 1950, no Rio Grande do Norte, e que atuava com orientações sobre saúde, plantio e até organização de camponeses através de associações. Contando também com ajuda de uma emissora de rádio.

O arcebispo de Natal, Dom Eugênio Sales, era quem dirigia estas ações. Este mesmo arcebispo foi quem articulou a parceria da CNBB com o Governo Federal para implantação do MEB nas áreas rurais. O arcebispo de Natal, um dos precursores da escola via rádio, tivera contato com exitosa experiência de rádio-educação em Sustatzena, na Colômbia. Sob orientação do padre J. Salcedo, a Acción Cultural Popular implantou escolas radiofônicas, em áreas rurais,

que atendem comunidades indígenas. Assim, Dom Eugênio Sales que atuava no Serviço de Assistência Rural (SAR), com orientações sobre saúde, plantio e até organização camponesa através de associações, implementa ações de escolas radiofônicas (SOUZA, 2006).

Em Pernambuco, o interesse na organização dos trabalhadores rurais em sindicatos, conforme comenta o Padre Crespo (1978), era um meio de contornar o temor solapado no campo, pelas Ligas Camponesas. Pioneiro na sindicalização dos camponeses, Padre Paulo Crespo une-se ao Padre Antônio Melo na luta pela implantação de sindicatos de trabalhadores rurais e concretização da reforma agrária. Este último vigário apontado como figura persuasiva e loquaz, articula-se em meios públicos, como imprensa, a fim de demarcar seu posicionamento político-cristão. Ambos os párocos, embora defendendo a reforma agrária e a sindicalização dos trabalhadores rurais, tendiam a ala moderada da Igreja.

Padre Melo, entendido como grande interlocutor para a paz no campo e capaz de apaziguar os ânimos sociais, apoia, por um lado, o diálogo entre usineiros, camponeses, delegados do Trabalho e governador. No entanto, por outro, deixa claro que sua concordância à distribuição de terras prescinde à reformulação do artigo 141 da Constituição, o qual não permite a extinção dos latifúndios produtivos, segundo o periódico Última Hora. Defende, desse modo, o sistema cooperativista, no qual as terras pertencentes as cooperativas propiciariam divisão equitativa dos lucros aos camponeses (PADRE Melo..., 1963).

Em outras situações de interlocução com o Governador Miguel Arraes, estes párocos, Antônio Melo e Paulo Crespo, aproveitam a ocasião para levar ao Chefe do Estado reclamações dos camponeses, como as ameaças de fuzilamento, por parte dos latifundiários e de seus capangas. Como resposta enérgica a tal explicitação, o Governador reafirmou não aquiescência à violência. Diante deste alerta, os párocos sugeriram assistência judicial aos camponeses nas promotorias das próprias comarcas, ressaltando o movimento dos trabalhadores como pacífico e reivindicando menos do que estes teriam direito. No entanto, interlocuções entre os vigários e Governo do Estado cedem espaço, posteriormente, à animosidade.

Tendo o padre Antônio assumido postura afeita aos interesses direitistas, cede a casa paroquial, em Jaboatão dos Guararapes, para implantação de sede do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Esta entidade, acusada de articulação com organização americana, visava dificultar o desenvolvimento do governo João Goulart, bem como seu plano de reformas, interferir no processo eleitoral através de financiamento a candidatos contrários à proposição de reforma para distribuição de terras (LIMA, 2012). O estopim da crise do IBAD acontece quando após denúncias de financiamento de verbas do exterior a campanhas eleitorais de deputados

federais e estaduais, e governadores forma-se uma Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI), verificando, além disso, a interferência de órgãos vinculados ao IBAD na imprensa carioca. Em Recife, o concorrente de Arraes ao Governo do Estado, João Cleofas foi acusado de recebimento de verbas do IBAD e teve que prestar esclarecimentos à CPI.

Movimento de Educação de Base

É através do discurso de dignificar a pessoa humana, a partir dos preceitos cristãos, que a Igreja Católica apoia a reforma agrária (D. HÉLDER Câmara..., 1959). Diante disso, planeja auxílio estruturado com intervenções, desde o II Encontro dos Bispos, nas áreas de: agricultura e abastecimento; saúde, maternidade e infância; migrações internas; ordenamento agrário; e educação de base e promoção operária. Desse último item partem os encaminhamentos para constituição do Movimento de Educação de Base e sindicatos de trabalhadores rurais. Tomando, assim, como exemplo a experiência norte-rio-grandense de instalação de emissora de educação rural, contemplando o funcionamento de aproximadamente 300 escolas.

O percurso para instituição do MEB imbrica-se ainda à atuação de escolas radiofônicas através da Rede Nacional de Emissoras Católicas (Renec) que, em 1958, promove um encontro com emissoras de propriedade de dioceses a fim de discutir problemas em comum (DE KADT, 2007). Fruto deste encontro surge a decisão de desenvolver cursos para treinar pessoas que trabalhariam nestas emissoras. Preparo técnico para o bom funcionamento desta iniciativa. Assim, a partir do destaque da experiência da diocese de Natal, a Renec convida os responsáveis pelas escolas para um encontro em Aracaju – SE, no início de 1960.

Jânio Quadros estando em visita a este Estado, ainda em período de campanha eleitoral, tomou conhecimento das ações de escolas radiofônicas vinculadas às dioceses e propôs acordo com arcebispo D. José Távora, responsável pelas escolas radiofônicas, de expandir a educação pelo rádio a nível nacional. O compromisso previa subsídios do governo federal para expansão gradativa das escolas radiofônicas e através do decreto 50.370 de 21 de março de 1961 (BRASÍLIA, 1961) que “dispõe sobre um programa de educação de base, e adota medidas necessárias à sua execução através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, do Nordeste e do Centro-oeste do País a ser empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil”. Firmando, desse modo, o funcionamento do MEB de 1961 a 1965, por intermédio de parcerias com os Ministérios da Agricultura, Educação e Saúde através de colaborações e também alocação de funcionários federais para colaborarem com o Movimento.

Embora com ampla área de abrangência, o Nordeste foi o grande celeiro do desenvolvimento das escolas, tendo 96,5% dos alunos no ano de sua criação (DE KADT, 2007).

A intenção esperançosa de extinguir o analfabetismo, ou ao menos reduzi-lo drasticamente, parece não ter sido o principal objetivo de constituição do MEB. Luiz Eduardo Wanderley (1984) discorre sobre quatro motivos para sua criação. Primeiro: estratégia populista firmada por Jânio Quadros de realizar ação para elevar contingente eleitoral. Segundo: preocupação do Governo Central em atender demandas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre campanhas de alfabetização. Terceiro: restrição ao poder eleitoral da oligarquia rural, cuja pujança era notada no Congresso Nacional. E por fim, uma forma de sustar o assédio de ideologias revoltosas às massas rurais, e para isto nada melhor do que contar com a colaboração da Igreja Católica que já avistava com receio ações no campo, como as Ligas Camponesas.

No entanto, aos objetivos explícitos do MEB atrelava-se a alfabetização, a qual estava imersa num projeto de educação de base que incluía educação integral com orientações sanitárias, agrícolas e princípios de práticas democráticas (DE KADT, 2007). Para padre Renato Cavalcanti (2011), eclesiástico que atuou no movimento implantando escolas do MEB no município pernambucano de São Lourenço da Mata, a intencionalidade do movimento “era para alfabetizar, falar dos direitos do trabalhador, direitos da pessoa como pessoa humana, respeitar os outros, essas coisas”. Contudo, a vinculação do MEB com o sindicalismo rural também se explicitava, acrescentando: “Dom Carlos [arcebispo de Recife] mandou que os párocos da zona rural fundassem os sindicatos rurais”. Assim, Padre Renato o fez. Implantou escolas do MEB e auxiliou na constituição do sindicato dos trabalhadores rurais em São Lourenço da Mata.

O arcebispo mencionado por Padre Renato, Dom Carlos Gouveia Filho, dirigente da Arquidiocese de Recife e Olinda, marcou a abertura de uma Igreja, em Pernambuco, preocupada com problemas sociais. O início do seu episcopado corresponde, justamente, ao período do início da gestão de Miguel Arraes na Prefeitura, criação da SUDENE, desapropriação das terras do Engenho Galileia, em favor dos camponeses, e expansão das Ligas Camponesas a outros Estados. Não se eximindo do contexto histórico, invocador de mudanças sociais, Dom Carlos apoia a criação da SORPE, as instalações do MEB e sindicatos de trabalhadores rurais. Abrindo, dessa forma, o caminho para seu sucessor Dom Hélder Câmara, que logo após a morte de Dom Carlos, devido a complicações pós-operatórias, assume a liderança da Arquidiocese de Recife e Olinda (SILVA, 2006). Chama-se atenção o desvelo do Papa Paulo VI em, prontamente, nomear Dom Hélder para substituir o arcebispo falecido. Celeridade sem precedentes na história

eclesiástica, afirma o jornal (D. HÉLDER para..., 1964). Desse modo, a chegada de Dom Hélder foi recepcionada com o golpe militar.

Mas, enquanto Dom Carlos esteve à frente da Arquidiocese recifense, fundou novas dioceses, em destaque a de Palmares. Severino Vicente da Silva (2006, p. 163) considera esta iniciativa como “resposta da Igreja à crescente influência dos partidos esquerdistas nessas regiões, notadamente em Palmares, que possuía o maior sindicato rural do Estado”, congregando mais de 30 municípios. Padre Paulo Crespo (1978) comenta os desajustes da Igreja na tentativa de filiação ao sindicato de Palmares, pois a recente implantação da diocese não permitira ao bispo Dom Acácio Alves familiarizar-se com o clero e manter, dessa forma, uma frente combativa, no sindicato, aos comunistas. Porém, se em Palmares a Igreja encontrou dificuldades em organizar sindicato, o mesmo não aconteceu em outras cidades como Caruaru e Nazaré da Mata. Uma localizada no Agreste pernambucano; a outra na Zona da Mata Norte.

Relatos Memorialísticos: Descrição do MEB em Nazaré da Mata e Caruaru

Materiais impressos são fontes que conseguem se manter, ao longo do tempo, estáticas, ainda que suas interpretações sofram mutações, o documento monumento descrito (LE GOFF, 2010). Mas, a oralidade revela o que a memória conservou, reordenou da informação por interferência do tempo, ou mesmo representa uma história particular, construída a partir da compreensão do narrador. Relevando sua subjetividade.

A história oral contribui, através da memória, enquanto fonte histórica ao permitir o conhecimento e compreensão sobre determinado objeto, alocado num determinado tempo e espaço, sob a ótica da singularidade do sujeito. Mesmo se tratando de elementos pretéritos e que vêm à tona sob influência de experiências do presente, tal interferência, contudo, não exclui da relação memória e história observação às características da subjetividade. Levando tais elementos em consideração, o trabalho de coleta de tal fonte de pesquisa foi realizado de duas maneiras: uma através de entrevista semi-estruturada com sujeitos que, de algum modo, estiveram relacionados com o objeto ora apresentado. A outra forma, através da coleta de entrevistas já realizadas por outros atores como o CEHIBRA (Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira).

É assim que Marliete Pessoa (2014), coordenadora das escolas radiofônicas do MEB narra as atividades do movimento, imbricadas a sua própria história de vida. A experiência de Sutenza, na Colômbia, de escolas radiofônicas chegava a Nazaré da Mata, no ano de 1961. Este

município da Zona da Mata Norte de Pernambuco, também inserido no ciclo de plantio da cana-de-açúcar, tem configuração semelhante a outras cidades da região que desempenhavam atividade econômica agrícola: precariedade das condições de trabalho e sobrevivência dos camponeses.

A Diocese desta cidade interessa-se pela ação de educação pelo rádio, exitosa no Rio Grande do Norte e Sergipe, e envia pessoas à capital potiguar para familiarizar-se com esta ação para implantação no município. Assim, Padre Petronilo Pedrosa, com ordens da CNBB, envia as jovens católicas leigas, Marliete Pessoa e Neide Veiga da Silva, para receberem treinamento, de curta duração, em Natal – Rio Grande do Norte. Enquanto Pernambuco desponta com ações de educação popular do MCP em Recife, Natal também se lança com experiências radiofônicas da CNBB, coordenadas por Dom Eugênio Sales, e implantação da campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, sob iniciativa do Prefeito Djalma Maranhão. E em 1963, o estado do Rio Grande do Norte recebe a experiência piloto do método Paulo Freire, em Angicos – Sertão norte-rio-grandense.

É sob este clima pedagógico, emergente no Estado potiguar, que Marliete Pessoa (2014) relata ter tido contato com as escolas radiofônicas, recebendo instruções de como operacionalizá-las, visitando as periferias da cidade de Natal e coletando qualquer tipo de elemento que pudesse somar às orientações dadas, tendo em vista, não haver recebido nenhum documento, livro, apostila que pudesse consultar após o célere treinamento. Então, ao retornar à Zona da Mata pernambucana, transformam a Cúria Diocesana de Nazaré, também reconhecida como Palácio do Bispo, em uma das sedes das escolas radiofônicas do MEB. A implantação das escolas é concomitante à criação do sindicato dos trabalhadores rurais nesta cidade. As primeiras reuniões sindicais aconteceram no salão paroquial.

Nesta cidade, a Igreja Católica além de intervir na área pedagógica, exerce forte influência no sindicalismo rural. Na ata de fundação do sindicato de Nazaré da Mata, em 06 de novembro de 1961, consta a presença do Padre Mário Leitão, o qual explicitou aos trabalhadores esclarecimentos acerca das ações do sindicato na instrução e defesa dos direitos dos trabalhadores. Cabe destacar também que as primeiras reuniões aconteceram no salão paroquial Bento XV. Por vezes, ao término da missa aproveita-se a oportunidade para realização de reunião. Os párocos da Diocese de Nazaré da Mata participavam, frequentemente, dos encontros do sindicato, mas também das formações sindicais para os trabalhadores rurais.

Tal vinculação favorece a proximidade do presidente do sindicato com os representantes eclesiais que não é revelada apenas durante os cursos de sindicalismo rural. Nas práticas

cotidianas permeia-se a defesa dos princípios cristãos como obrigatoriedade do casamento e não adesão a ações consideradas “perturbadoras”.

Se nesta localidade a Igreja preocupa-se com a questão formativa nos sindicatos, debruça-se bem mais quanto à organização das escolas do MEB. Desse modo, organiza-o enquanto sistema, compondo equipe com professores, locutores de rádio, técnicos que auxiliariam a operacionalização, líderes comunitários e monitores. Estes monitores “faziam a ponte entre a equipe e os camponeses” (DE KADT, 2007, p. 152). A equipe da diocese de Nazaré da Mata, formada por professoras leigas, era responsável por acompanhar o andamento das atividades do MEB, nos engenhos e cidades circunvizinhas, como Macaparana e Timbaúba. Escolhido o monitor e o local para aula, cediam-se recursos elementares como rádio, quadro-negro e giz. A professora Marliete Pessoa (2014) comenta que a equipe convidava pessoas conhecidas para serem monitoras do MEB, mas que a preferência era monitor do sexo masculino, pois “mantinha mais a ordem”, embora, a pluralidade de auxiliares tenha sido feminina. À figura masculina, ainda que em ambiente pedagógico, remetia-se a imagem de autoridade que poderia impor a ordem.

O trabalho do monitor, fundamental para o desenvolvimento do movimento, era voluntário. Alguns elevados a membro da equipe de coordenação passaram a receber uma pequena remuneração dispensada aos coordenadores.

As aulas do movimento funcionavam na casa dos próprios monitores, em casa de farinha, ou até em espaços mais apropriados como salas de aula. Os locais eram simples, muitas vezes de taipa e com tamboretas. Ter uma sala de aula significava um luxo, comenta a coordenadora Marliete Pessoa (2014). Alguns espaços de aprendizagem não tinham sequer cadeiras disponíveis. Alunos sentados no chão ou agachados tomavam nota das orientações dadas pelo rádio ou pelo monitor.

A equipe de coordenação das aulas do MEB, a partir de planejamento semanal quanto às aulas e locuções, deslocava-se aos lugares ermos onde havia escola radiofônica do MEB implantada. Aos locais de difícil acesso, agravado em dias de chuva, percorria a equipe em uma Rural. Único meio de transporte a engenhos de diversas cidades. Marliete Pessoa (2014) destaca a aridez da função desempenhada pelas professoras coordenadoras, ao passo que a equipe saía da sede da diocese de Nazaré com o sol ainda alto e o transporte ia deixando uma a uma em diferentes localidades. Pequenos conflitos, pelo único banco disponível no veículo, eram travados. Solução: estabelecimento de revezamento. À noite, ao término das aulas, a Rural percorria o mesmo trajeto para pegar as professoras na volta, o que muitas vezes levava horas à espera do transporte.

Neste interregno, aproveitavam a oportunidade para familiarizarem-se com os camponeses esperando o transporte no eito. Local nos engenhos onde se comercializava alimentos aos trabalhadores. A moeda mercantil era a anotação da dívida na caderneta da “conta”. O espaço do pequeno comércio no engenho, com pequena abertura gradeada que impossibilitava o acesso ao produto da compra, mas apenas o pedido ao responsável, era também o local de conversa fiada, mexericos e “tomar pinga”. Uma forma de amenizar os pesares da vida.

O engano do lápis era um dos instrumentos de dolo aos trabalhadores da palha da cana. No barracão do engenho, onde os trabalhadores camponeses compravam alimentos básicos, utilizavam-se das cadernetas para registrar as compras e descontar no pagamento, no entanto, muitos trabalhadores eram lesados na hora do acerto de contas. Não só este, mas o cambão e o pulo de vara são exemplos de sujeições e fraudes aplicadas aos camponeses. O primeiro refere-se à obrigatoriedade imposta aos trabalhadores de ceder três dias de trabalho ao proprietário da terra. Já o outro, quanto ao pagamento pela extensão de terra arada dimensionando-a erroneamente, mas sempre a favor dos proprietários (MONTENEGRO, 2010b).

O acompanhamento, feito pela equipe de coordenação do MEB, visava ter contato com os alunos e saber acerca da condução do planejamento. “Ouvir mais do que falar. Ouvir para colher”, afirma a coordenadora do MEB. Embora o ouvir fosse algo imprescindível, o falar caminhava na base da verdade. Esta, entendida no sentido de discutir assuntos pertinentes à remuneração, condições de trabalho, abordagem de direitos que eram pouquíssimos. A ânsia de realizarem um trabalho social impulsionou jovens leigas a desenvolverem uma ação que despendia tempo, energia e dedicação. Tal disponibilidade, como aponta Marliete Pessoa (2014), devia ao ensejo de “salvar o mundo” por intermédio de “apostolado político”. Mas salvar o mundo do quê? O que seria tão impulsionador, ao ponto de alistar jovens professoras, numa ação tão laboriosa? Uma atitude missionária envolta numa ação social.

Embora a presença da religião não devesse estar explícita, pois isto “poderia afastar aquelas pessoas que gostariam de aprender a ler”, comenta Marliete Pessoa (2014), as práticas solidificavam a adoção de posicionamento cristão ao alistar os “descasados” ao casamento. Ainda que algumas práticas afirmassem o direcionamento religioso e a cartilha “Viver é lutar” (1963) apresentasse apenas em três lições o nome de Deus (3ª, 7ª e 12ª lição), as professoras foram até mesmo acusadas de ateias, por não falarem o nome de Deus durante as aulas.

Se na cidade de Nazaré da Mata, a Igreja Católica encontrou as condições para instalação das escolas radiofônicas do MEB, sendo a diocese deste município, base para outras cidades, como também estrutura político-social para fundação do sindicato de trabalhadores rurais, outra cidade da região do Agreste pernambucano – Caruaru - consegue acolher as escolas do MEB.

Não apenas do trabalho da equipe de coordenação das dioceses sedes das escolas radiofônicas adveio o sucesso do MEB, mas aos monitores remete-se também tal mérito. A diocese de Caruaru, interessada em instalar escolas do MEB, neste município, divulga na edição semanal do Jornal Vanguarda (MOVIMENTO de..., 1962) nota de convocação de treinamento para monitor do Movimento de Educação de Base: “Curso de treinamento para monitores do Sistema de Rádio Educativo de Caruaru, órgão que se destina a fazer a educação de base. As aulas terão início no mês de agosto vindouro”. O curso aconteceria no Ginásio Sagrado Coração, no período de 16 a 20 de julho de 1962.

É através deste treinamento que jovens como Josefa Cristina Ferreira (2012) puderam atuar no movimento. Aos 15 anos de idade aceitou o convite para ser monitora do MEB. A vinculação de seu pai com a Igreja Católica foi um caminho para ganhar a responsabilidade de alfabetizar uma turma com mais ou menos seis agricultores.

Aí chegou essa oferta, vamos dizer assim da Igreja Católica e que depois eu fiquei sabendo que era a CNBB que criou para ensinar adultos analfabetos, completamente, através do rádio. Quer dizer, um estudo indireto e eu fui ser monitora, um trabalho voluntário, deste produto, deste serviço. (FERREIRA, 2012).

A evolução dos objetivos do treinamento teve aspecto exitoso do desenvolvimento das ações do MEB. As ações de preparo e atualização dos envolvidos, inicialmente, focadas em orientações quanto às escolas radiofônicas, têm ampliada sua visão ao voltar-se à comunidade e entendimento do monitor como potencial líder comunitário (DE KADT, 2007).

Então a gente veio pra cidade fez um treinamento no colégio das Freiras lá e eu me lembro que Dom Augusto de Carvalho fez a abertura e eu não entendia nada do que se tratava, mas era um treinamento bem simples. Naturalmente foram passando as informações e aí mandaram, eu não levei nesse dia, mas chegou lá depois um pessoal com um rádio, rádio de uma emissora só. A gente era refém! Eu não me lembro se era Rádio Olinda. Parece que era Rádio Olinda. Rádio a pilha. (FERREIRA, 2012).

A implantação das escolas do MEB, em Caruaru, recebe o apoio de Dom Augusto de Carvalho, bispo que conseguiu conciliar o âmbito de mudanças da Igreja com seu tradicionalismo. Ordenado bispo diocesano de Caruaru, em 1959, realiza ações para marcar o município. Transforma o Colégio Diocesano na Faculdade de Filosofia de Caruaru (FAFICA), iniciando o processo de interiorização de faculdades no interior do Estado. Reforma a Catedral da cidade, projetando-a com arquitetura moderna, abandonando o estilo barroco, como também não se exime de orientar aos fiéis católicos sobre questões políticas, “esclarecendo-os”, sobretudo, quanto às relacionadas com a sucessão governamental do Estado, em 1962. O desejo explícito de Dom Augusto de que um político perpetuasse a “manutenção da ordem jurídica” e se comprometesse em solucionar problemas - como a miséria, desigualdades sociais, desamparo

às zonas rurais, já que estes tornavam a região “uma área explosiva e perigosa” - justifica-se ante a forte oposição da Igreja ao Comunismo (DOM Augusto..., 1962). Dom Augusto salienta ainda que o eleitor católico deveria ter conhecimento acerca da orientação ideológica de cada candidato para poder escolher conscientemente seu candidato e acrescenta:

Não podemos nem devemos ceder por transigência ou covardia a um comunismo que existe, que se infiltra, que compra alianças e contemporarizações a troco da vaidade de alguns, das ambições dos outros e da ingenuidade e medo de muitos (DOM Augusto..., 1962).

O discurso proferido por Dom Augusto afilia-se ao seu posicionamento político em não apoiar a candidatura de Miguel Arraes ao governo do Estado e conseguindo ratificar a percepção do município como cidade cristã.

A aversão do bispo de Caruaru, Dom Augusto, a ideais progressistas, interpretados como comunistas, é justificado por sua adesão ao plano desenvolvimentista e modernista, representado pela imagem norte-americana. Assim, ao reunir-se com Ted Kennedy, irmão do presidente dos Estados Unidos John Kennedy, com o prefeito de Caruaru João Lyra, e entre estes também estava o governador Cid Sampaio, demonstra-se às claras o oposicionismo à candidatura de Miguel Arraes ao governo do Estado. O estreitamento dos laços entre Igreja – Estado – órgão internacional, representado pela figura de Ted Kennedy, parece afinar-se ainda mais nos anos seguintes. Presumindo as amarras para o golpe militar. Em fevereiro de 1964, o prefeito da cidade DraytonNejaim, da União Democrática Nacional (UDN), convida representantes da entidade americana, Aliança Para o Progresso, para conhecerem as necessidades imediatas do município, a fim de ajudar a solucionar tais problemas.

Logo, o interesse da Igreja Católica em implantar esta ação de escolas radiofônicas, vai além de atuar numa problemática social. Josefa Cristina Ferreira (2012) salienta o direcionamento, acerca das questões agrárias, nas aulas do MEB. Problemática, mas em consonância aos ideais eclesiais.

Então eu achava interessante. Agora achei também e achava que tinha umas repetições assim: o homem tem direito a terra, não sei o que... Não sei se era no livro ou se era na audição. Todo mundo tem direito a terra, sua casa, não sei o que e era muito focado assim, pra fazer mesmo a cabeça do aluno.

As questões de reforma agrária ganham desvelo da instituição eclesial, que conchama párocos e leigos para dedicarem-se aos trabalhos sociais da Igreja. Jovens, como Josefa Cristina Ferreira, concediam orientações quanto aos aspectos sanitários, auxílio à aprendizagem de interpretação dos códigos letrados, além de buscarem conscientizar os alfabetizandos, acerca da exploração dos setores dominantes, bem como, em relação aos direitos negados aos marginalizados da sociedade.

Considerações Finais

A conscientização defendida, pelo MEB, para mudanças sociais não se constituíam de maneira profunda. A proposição de suas intervenções sociais estabelecia-se sob acordos governamentais, demonstrações de reações às injustiças sociais de maneira assistencialista e contenção das radicais ações do comunismo, não arraigando, desse modo, críticas às estruturas imperantes, nem assentindo severa mudança política. Por isso, ao buscar estratégias para consolidação de suas intencionalidades, a Igreja Católica planeja-as sob tenaz atuação anticomunista, através de escolas radiofônicas do MEB e organização dos trabalhadores rurais.

Tais percepções pretéritas são vistas a partir de fontes documentais, mas também de fontes orais. A explicitação do cotidiano, das intencionalidades implícitas da Igreja se envolver numa ação de mobilização social e o olhar de pessoas anônimas que vivenciaram tal momento histórico permitem tecer um trecho desta narrativa.

Assim, a Igreja Católica ao instalar escolas radiofônicas, focalizando o meio rural, objetiva bem mais que preocupar-se com os desvalidos, ao conceder-lhes educação de base, mas pautar-se numa forma de refrear ações e ideologias insurgentes do comunismo. O despertar da Igreja ao lançar ações que tanto demonstrassem seu interesse em intervir na área social, quanto coibissem o avançar da onda comunista, conta com apoio governamental federal, além do aporte da rede de rádio-difusão. Nos locais onde houve receptividade às atividades eclesíásticas, fortaleceu-se o sindicalismo rural e as ações pedagógicas solidificaram-se, como em Nazaré da Mata e Caruaru.

Rerefências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular: (a teoria e a pratica de Paulo Freire no Brasil)**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1992.

CUNHA, Antônio; GOÊS, Moacir de. **O golpe na Educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

DE KADT, Emanuel. **Católicos radicais no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2007.

FERRARO, Alceu Ravello. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1958-1963: João XXIII). Carta encíclica Mater et Magistra: aos veneráveis irmãos, patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e outros ordinários do lugar, em paz e comunhão com a sé apostólica, bem como a todo o clero e fiéis do orbe católico. Roma, 1961. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater_po.html>. Acesso em: 20 nov. 2013.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1958-1963: João XXIII). Carta encíclica Pacem in terris: apaz dos povos. Roma, 1963. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem_po.html>. Acesso em: 20 nov. 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão [et. al.]. 5. ed. 4. reimp. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010

LIMA, Maria do Socorro Abreu e. **Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2012.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2010a.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010b.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Viver é lutar**. 1963. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/cedic/meb/nas-salas-de-aula/arquivos-pdf/2-2-cartilha-viver-lutar.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Histórias inéditas da educação popular: do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2000.

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educar para transformar: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base**. Petrópolis: Vozes, 1984.

Fontes Orais:

CAVALCANTI, Renato da Cunha. **Renato da Cunha Cavalcanti**: depoimento [set.2011]. Entrevistadores: A. Santos e A. Silva. Recife: PE, 2011. MP3. Entrevista concedida à pesquisa História da Educação Popular em Pernambuco.

CRESPO, Enes Paulo. **Paulo Crespo**(depoimento, 1978).Rio de Janeiro, CPDOC, 1990. 46 p. dat.

FERREIRA, Josefa Cristina.**Josefa Cristina Ferreira**: depoimento [jul.2012]. Entrevistador: A. M. Santos. Recife: PE, 2012. MP3. Entrevista concedida à pesquisa de Mestrado: Interiorização da Educação Popular em Pernambuco.

NASCIMENTO, Nativo Almeida do.**Nativo Almeida do Nascimento**: depoimento [fev.2014]. Entrevistador: A. M. Santos. Camaragibe: PE, 2014. Celular. Entrevista concedida à pesquisa de Mestrado: Interiorização da Educação Popular em Pernambuco.

PESSOA, Marliete.**Marliete Pessoa**: depoimento [fev.2014]. Entrevistador: A. M. Santos. Nazaré da Mata: PE, 2014. Celular. Entrevista concedida à pesquisa de Mestrado: Interiorização da Educação Popular em Pernambuco.

Jornais:

A IGREJA sugere planos de ajuda aos flagelados visando reforma agrária. **A Defesa**, Caruaru, 17 jan. 1959.

CONFEDERAÇÃO Católica. **A Defesa**, Caruaru, 07 dez. 1957.

D. HÉLDER Câmara pede verbas. **A Defesa**, Caruaru, 01 maio 1959.

DOM Augusto esclarece eleitorado católico. **Vanguarda**, Caruaru, 05 ago.1962.

II ENCONTRO dos Bispos do Nordeste em Natal. **A Defesa**, Caruaru, 13 jun. 1959.

MOVIMENTO de Educação de Base. **Vanguarda**, Caruaru 15 jul. 1962.

PADRE Melo no “Joaquim Nabuco”: -“Reforma agrária sem artigo 141”. **Última Hora**, Recife, 15 maio 1963.

PLANO de reforma agrária da Igreja. **A Defesa**, Caruaru, 10 jan. 1959.